

Secretaria Municipal de Educação de Manaus

SEMED-MANAUS

Professor – Matemática

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ TEXTOS: INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTOS.....	11
■ LÍNGUA E LINGUAGEM: AS FUNÇÕES DA LINGUAGEM.....	13
TEXTO NARRATIVO	15
TEXTO DESCRITIVO	17
TEXTO DISSERTATIVO	17
DISCURSO DIRETO, INDIRETO E INDIRETO LIVRE	18
■ AS FIGURAS DE LINGUAGEM.....	20
■ FONEMAS	24
VOGAIS, CONSOANTES E SEMIVOGAIS	24
Encontros Vocálicos, Consonantais e Dígrafos.....	24
ORTOGRAFIA: CORREÇÃO ORTOGRÁFICA	25
SÍLABAS E DIVISÃO SILÁBICA	25
ACENTUAÇÃO GRÁFICA	26
■ MORFOLOGIA: ESTRUTURA E FORMAÇÃO DE PALAVRAS.....	26
Morfemas	27
Afixos	27
PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS.....	28
■ CLASSES GRAMATICAIS: IDENTIFICAÇÃO, CLASSIFICAÇÕES E EMPREGO	31
■ SINTAXE.....	47
FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO.....	47
PERÍODO SIMPLES - TERMOS DA ORAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO, CLASSIFICAÇÕES E EMPREGO	48
NOÇÕES DE INFORMÁTICA.....	81
■ NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL (AMBIENTE WINDOWS)	81
CONCEITOS DE ORGANIZAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS	81

■ EDIÇÃO DE TEXTOS, PLANILHAS E APRESENTAÇÕES (AMBIENTE MICROSOFT OFFICE - MICROSOFT 365)	100
■ REDES DE COMPUTADORES	129
CONCEITOS BÁSICOS, FERRAMENTAS, APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS DE INTERNET E INTRANET	129
PROGRAMAS DE NAVEGAÇÃO (MICROSOFT EDGE, MOZILLA FIREFOX, GOOGLE CHROME)	130
SÍTIOS DE BUSCA E PESQUISA NA INTERNET	132
REDES SOCIAIS	133
■ SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	134
NOÇÕES DE MALWARE	134
APLICATIVOS PARA SEGURANÇA (ANTIVÍRUS, FIREWALL, ANTI-SPYWARE ETC.)	144
■ REFERENCIAL DE SABERES DIGITAIS DOCENTES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	149
DIREITOS HUMANOS	155
■ LEI FEDERAL Nº 13.146, DE 06 DE JULHO DE 2015: INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA)	155
■ LEI FEDERAL Nº 10.741, DE 01 DE OUTUBRO DE 2003: DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA PESSOA IDOSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	177
■ LEI FEDERAL Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990: DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	198
■ DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: SOBRE PRINCÍPIOS, POLÍTICAS E PRÁTICAS NA ÁREA DAS NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS	251
■ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS	253
■ LEI FEDERAL Nº 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008: INCLUI NO CURRÍCULO OFICIAL DA REDE DE ENSINO A OBRIGATORIEDADE DA TEMÁTICA “HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA”	262
■ LEI FEDERAL Nº 13.185, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015: INSTITUI O PROGRAMA DE COMBATE À INTIMIDAÇÃO SISTEMÁTICA (BULLYING)	264
■ LEI FEDERAL Nº 14.811, DE 12 DE JANEIRO DE 2024: CRIMINALIZA O BULLYING E O CYBERBULLYING E AMPLIA A PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM AMBIENTES EDUCACIONAIS, ESTABELECEndo MEDIDAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E PUNIÇÕES MAIS SEVERAS PARA CRIMES CONTRA MENORES	265
LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL MUNICIPAL	273
■ LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS	273

■ LEI Nº 1.118, DE 1º DE SETEMBRO DE 1971 - ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MANAUS	276
■ LEI Nº 1.126, DE 5 DE JUNHO DE 2007 - PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO	279
■ LEI Nº 2.000, DE 24 DE JUNHO DE 2015 - PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MANAUS	280
CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS.....	285
■ FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO	285
CONCEITOS E CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS	285
FINS DA EDUCAÇÃO	285
PAPEL NA SOCIEDADE OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA	286
■ PRINCIPAIS ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	287
■ ASPECTOS LEGAIS E POLÍTICOS DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	292
AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	292
LDB – LEI FEDERAL Nº 9.394, DE 1996.....	298
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS.....	326
■ COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PROPOSTAS PELA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) DA EDUCAÇÃO BÁSICA	330
■ CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	331
TÍTULO VIII, CAPÍTULO III	331
Da Educação	331
Da Cultura	335
Do Desporto	337
■ EDUCAÇÃO, TRABALHO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AS TRANSFORMAÇÕES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	337
■ FUNÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DA ESCOLA	338
A ESCOLA COMO CAMPO DE RELAÇÕES (ESPAÇOS DE DIFERENÇAS, CONTRADIÇÕES E CONFLITOS) PARA O EXERCÍCIO E A FORMAÇÃO DA CIDADANIA, DIFUSÃO E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	338
■ ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DIDÁTICO	340
PLANEJAMENTO	340
ESTRATÉGIAS E METODOLOGIAS	341

AVALIAÇÃO	342
■ AVALIAÇÃO COMO PROCESSO CONTÍNUO, INVESTIGATIVO E INCLUSIVO	342
■ A DIDÁTICA COMO FUNDAMENTO EPISTEMOLÓGICO DO FAZER DOCENTE.....	345
■ CURRÍCULO E CULTURA	346
■ CONTEÚDOS CURRICULARES E APRENDIZAGEM	350
■ PROJETOS DE TRABALHO	351
■ INTERDISCIPLINARIDADE E CONTEXTUALIZAÇÃO	352
■ MULTICULTURALISMO	353
■ A ESCOLA E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP)	354
■ O ESPAÇO DA SALA DE AULA COMO AMBIENTE INTERATIVO	356
A ATUAÇÃO DO PROFESSOR MEDIADOR E A ATUAÇÃO DO ALUNO COMO SUJEITO NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO.....	356
■ GESTÃO EDUCACIONAL	360
■ GESTÃO DA APRENDIZAGEM	362
■ PROFESSOR: FORMAÇÃO E PROFISSÃO	363
■ A PESQUISA NA PRÁTICA DOCENTE.....	364
■ A EDUCAÇÃO EM SUA DIMENSÃO TEÓRICO-FILOSÓFICA	366
FILOSOFIAS TRADICIONAIS DA EDUCAÇÃO E TEORIAS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEAS.....	366
■ AS CONCEPÇÕES DE APRENDIZAGEM ALUNO–ENSINO–PROFESSOR NAS ABORDAGENS TEÓRICAS	376
■ PRINCIPAIS TEORIAS E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO.....	378
■ AS BASES EMPÍRICAS, METODOLÓGICAS E EPISTEMOLÓGICAS DAS DIVERSAS TEORIAS DE APRENDIZAGEM	381
■ CONTRIBUIÇÕES DE PIAGET, VYGOTSKY E WALLON PARA A PSICOLOGIA E A PEDAGOGIA	381
■ PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO.....	384
ASPECTOS HISTÓRICOS E BIOPSISSOCIAIS.....	384
■ TEMAS CONTEMPORÂNEOS.....	392
BULLYING	392
O PAPEL DA ESCOLA E A ESCOLHA DA PROFISSÃO.....	392
TRANSTORNOS ALIMENTARES NA ADOLESCÊNCIA.....	392

FAMÍLIA E ESCOLHAS SEXUAIS.....	392
A VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS INDIVIDUAIS, DE GÊNERO, ÉTNICAS E SOCIOCULTURAIS.....	393
■ EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA.....	393
■ SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB)	394
■ ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)	396

CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

CONCEITOS E CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS

A educação é uma prática social e cultural fundamental para o desenvolvimento humano, sendo vista como o processo de transmissão de conhecimentos, valores e habilidades de uma geração para outra. Os fundamentos da educação baseiam-se em diversas disciplinas, como filosofia, psicologia, sociologia e antropologia, cada uma oferecendo perspectivas diferentes sobre o papel e a finalidade da educação.

No contexto ocidental contemporâneo, a educação é frequentemente concebida sob duas vertentes principais: a educação como um meio de reprodução social e cultural e a educação como um mecanismo de transformação social. A primeira vertente, defendida por autores como Émile Durkheim, vê a educação como um processo essencial para a manutenção da coesão social e a perpetuação da cultura dominante.

A segunda vertente, associada a pensadores como Paulo Freire, considera a educação uma ferramenta de emancipação, capaz de promover mudanças sociais significativas ao questionar e transformar as estruturas de poder existentes.

Concepções Pedagógicas

As concepções pedagógicas representam as diferentes abordagens teóricas e práticas da educação, refletindo as visões de mundo, valores e objetivos educacionais de diferentes épocas e contextos socioculturais. Entre as principais concepções pedagógicas na sociedade ocidental contemporânea, destacam-se algumas que serão abordadas a seguir.

● Pedagogia Tradicional

A pedagogia tradicional, influenciada por pensadores como Johann Friedrich Herbart, é caracterizada pela ênfase na transmissão de conhecimentos e conteúdos previamente estabelecidos. Esta abordagem considera o professor como a principal fonte de conhecimento e o aluno como um receptor passivo. O foco está no desenvolvimento intelectual por meio da memorização e repetição, com pouco espaço para questionamentos ou para a construção ativa do saber.

● Pedagogia Progressista

A pedagogia progressista, defendida por educadores como John Dewey, propõe uma educação centrada no aluno e na experiência prática. Nessa concepção, o aprendizado é visto como um processo ativo, em que o estudante é incentivado a explorar, questionar e participar da construção do conhecimento. A escola

é entendida como um espaço democrático, onde se desenvolvem habilidades críticas e colaborativas, preparando os alunos para a vida em sociedade.

● Pedagogia Crítica

A pedagogia crítica, amplamente associada a Paulo Freire, é uma concepção que busca conscientizar os indivíduos sobre as desigualdades e injustiças sociais, utilizando a educação como um instrumento de transformação social. Através do diálogo e da problematização, essa abordagem incentiva os alunos a questionarem as estruturas opressivas e a agirem para mudar a realidade em que vivem.

● Pedagogia Tecnológica

A pedagogia tecnológica surge no contexto da sociedade contemporânea, marcada pelo avanço tecnológico e pela digitalização. Essa concepção valoriza o uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) no processo educativo, promovendo métodos de ensino mais interativos e personalizados. A aprendizagem por meio de plataformas digitais, o uso de inteligência artificial e a educação a distância são características dessa abordagem, que busca adaptar a educação às novas demandas da sociedade globalizada.

FINS DA EDUCAÇÃO

Os fins da educação na sociedade ocidental contemporânea podem ser analisados sob diferentes perspectivas, mas, em geral, estão relacionados ao desenvolvimento integral do ser humano, à preparação para o mercado de trabalho e à formação de cidadãos críticos e participativos.

Desenvolvimento Integral

A educação visa promover o desenvolvimento integral dos indivíduos, considerando suas dimensões cognitivas, emocionais, sociais e físicas. Nesse sentido, a escola não apenas transmite conhecimentos acadêmicos, mas também contribui para a formação de valores, atitudes e habilidades que permitem aos alunos se tornarem seres humanos completos e realizados.

Preparação para o Mercado de Trabalho

Na sociedade contemporânea, a educação também é vista como um meio de preparação para o mercado de trabalho. A formação de competências técnicas e profissionais que respondam às demandas do mercado é uma das funções centrais do sistema educacional, especialmente no contexto da economia globalizada e da crescente competitividade.

No entanto, essa função não deve se limitar à preparação técnica, mas também incluir o desenvolvimento de capacidades críticas e criativas, fundamentais para a inovação e o progresso social.

Formação de Cidadãos Críticos e Participativos

Outro fim essencial da educação é a formação de cidadãos capazes de participar ativamente na vida democrática. Isso implica não apenas o ensino de

conhecimentos sobre direitos e deveres, mas também a promoção de uma consciência crítica em relação às questões sociais, políticas e ambientais. A educação, nesse sentido, é de suma importância na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

PAPEL NA SOCIEDADE OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA

Na sociedade ocidental contemporânea, a educação desempenha um papel multifacetado e central para o desenvolvimento social, econômico e cultural. Ela é considerada uma ferramenta essencial para a promoção da igualdade de oportunidades, para o combate à pobreza e à exclusão social e para o fortalecimento da democracia.

Educação e Igualdade de Oportunidades

A educação é frequentemente vista como o principal meio para promover a igualdade de oportunidades, oferecendo a todos os indivíduos, independentemente de sua origem social, a chance de desenvolver suas potencialidades e alcançar uma vida melhor. Políticas de inclusão e de acesso universal à educação básica, seguidas de oportunidades de ensino superior, são fundamentais para a redução das desigualdades e a construção de uma sociedade mais equitativa.

Educação e Cidadania Global

Em um mundo cada vez mais interconectado, a educação assume o papel de formar cidadãos globais, capazes de compreender e enfrentar desafios globais como as mudanças climáticas, a migração e as desigualdades econômicas. A educação para a cidadania global promove valores como a solidariedade, a responsabilidade social e a sustentabilidade, preparando os indivíduos para a atuação em um cenário internacional complexo e dinâmico.

Educação e Inovação Social

A educação é, também, uma força motriz para a inovação social, capacitando os indivíduos a desenvolverem soluções criativas para os problemas contemporâneos. Instituições educacionais que incentivam o pensamento crítico, a pesquisa e o empreendedorismo social contribuem significativamente para o avanço da sociedade, promovendo mudanças positivas e sustentáveis.

Educação e Desenvolvimento Econômico

A educação é amplamente reconhecida como um dos principais motores do desenvolvimento econômico. Em sociedades ocidentais, onde a economia do conhecimento se tornou central, a qualificação da mão de obra é essencial para o crescimento e a competitividade. A educação, nesse contexto, não apenas prepara indivíduos para empregos existentes, mas também para a criação de novas indústrias e serviços, estimulando a inovação e a adaptação às mudanças tecnológicas.

Investir em educação significa também investir na capacidade de uma nação para responder aos desafios econômicos globais. Países com sistemas educacionais robustos tendem a apresentar maiores taxas de

inovação, maior produtividade e, consequentemente, melhores índices de desenvolvimento humano. Além disso, a educação superior e a formação contínua desempenham um papel crítico na preparação de profissionais para setores emergentes, como a tecnologia da informação, energias renováveis e biotecnologia.

Educação e Transformação Social

Outra função importante da educação na sociedade ocidental contemporânea é seu potencial de transformação social. Ao fornecer conhecimento, habilidades e valores, a educação pode ser uma ferramenta poderosa para promover a justiça social, reduzir desigualdades e construir uma sociedade mais inclusiva.

A educação inclusiva, por exemplo, visa garantir que todos os indivíduos, independentemente de suas condições socioeconômicas, culturais ou de deficiência, tenham acesso igualitário à aprendizagem. Isso reflete uma compreensão ampliada do papel da educação, que vai além do mero acesso ao conhecimento para incluir a formação de uma sociedade justa, em que todos têm a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

Além disso, a educação crítica, conforme discutido por Paulo Freire, é uma forma de transformar a realidade social ao promover a conscientização dos indivíduos sobre sua condição social e incentivá-los a agir para mudar essa realidade. A educação, assim, torna-se um meio de empoderamento, permitindo que as pessoas compreendam e combatam as desigualdades e injustiças em suas vidas e em suas comunidades.

Educação e Cultura

A educação também desempenha um papel central na preservação e promoção da cultura. Ela é o meio pelo qual as tradições, valores e conhecimentos de uma sociedade são transmitidos às novas gerações. Na sociedade ocidental contemporânea, a educação promove a valorização da diversidade cultural, ao mesmo tempo em que busca um equilíbrio entre a preservação de identidades culturais e a integração em uma cultura global compartilhada.

Programas educacionais que incorporam a educação multicultural reconhecem e valorizam as diferentes culturas dentro de uma sociedade, promovendo o respeito e a compreensão entre grupos diversos. Isso é particularmente importante em sociedades pluralistas, nas quais a educação deve servir como um ponto de encontro para diferentes culturas, facilitando o diálogo e a coesão social.

Além disso, a educação em artes e humanidades tem um papel vital na formação do senso crítico e estético dos indivíduos, permitindo uma maior apreciação das diferentes formas de expressão cultural e artística. Essa educação contribui para o desenvolvimento de uma identidade cultural consciente e para a manutenção do patrimônio cultural, ao mesmo tempo em que prepara os indivíduos para a vida em um mundo multicultural.

A educação na sociedade ocidental contemporânea é multifacetada e exerce um impacto profundo em diversas áreas da vida social, econômica e cultural. Suas concepções pedagógicas variam conforme o contexto histórico e cultural, mas todas elas partilham o objetivo comum de formar indivíduos capazes de contribuir para o desenvolvimento social e econômico, ao mesmo tempo em que promovem a justiça e a inclusão social.

Os fundamentos da educação ancoram-se na filosofia, sociologia, psicologia e antropologia, oferecendo diferentes perspectivas sobre como a educação deve ser conduzida e quais são seus fins últimos. Na contemporaneidade, a educação não é apenas um direito humano fundamental, mas também um elemento essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa, democrática e sustentável.

Assim, ao considerarmos os conceitos e as concepções pedagógicas, é vital reconhecer a educação como um processo dinâmico, que deve se adaptar às necessidades de uma sociedade em constante mudança, sem perder de vista seus objetivos de promover o desenvolvimento integral do ser humano e a transformação social.

PRINCIPAIS ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

No contexto da história do pensamento pedagógico brasileiro, a autora Otaíza de Oliveira Romanelli (1991) apresenta a influência da Revolução Capitalista na expansão do ensino. Nessa conjuntura, encontra-se situado o problema da desigualdade entre a educação e o desenvolvimento econômico. Diferença essa que, em conformidade com a intelectual, veio se acentuando na passagem de uma economia para outra (cf. ROMANELLI, 1991).

Ademais, Romanelli (1991, p. 59) sinaliza que, “desde a segunda metade do século XIX, os países mais desenvolvidos vinham cuidando da implantação definitiva da escola pública, universal e gratuita”. Fato este, que marca uma característica do Estado quanto à sua atuação como educador.

Nesse contexto global, as necessidades da sociedade, cada vez mais industrializada, exigiam que o Estado se responsabilizasse pela educação do povo, promovendo uma série de modificações. No que diz respeito, especificamente, às exigências do novo contexto industrial, Romanelli (1991, p. 59) pontua:

As mudanças introduzidas nas relações de produção e, sobretudo, a concentração cada vez mais ampla de população em centros urbanos tornaram imperiosa a necessidade de se eliminar o analfabetismo e dar um mínimo de qualificação para o trabalho a um máximo de pessoas.

Outrossim, ainda em conformidade com a mesma autora, pode-se perceber que, em ambientes nos quais crescem as relações capitalistas, cresce, também, a necessidade de criar uma sociedade letrada. Diz-se isso, pois, para o sucesso das relações de mercado, é necessário que os sujeitos saibam ler e escrever. Essa perspectiva educacional (que considera, sobretudo, as necessidades da indústria e do comércio) recebe nome de **Concepção Tecniciста**.

No que diz respeito ao cenário brasileiro, de forma específica, sabe-se que a Revolução de 1930, responsável pelo fim da República Velha, impulsionou o surgimento de novas exigências educacionais. Nessa circunstância, a respeito da demanda e oferta da educação, Romanelli (1991, p. 60) assinala o seguinte:

A leitura e a escrita passam a ter preço, são sentidas como úteis e benéficas, e a demanda do ensino normalmente se eleva, ao mesmo tempo que maiores recursos, advindos de maior produção, possibilitam maior e mais diferenciada oferta.

No entanto, tal demanda social pela educação se amplia, como aponta Romanelli (1991, p. 60):

A expansão da demanda escolar só se desenvolveu nas zonas onde se intensificaram a relação de produção capitalista, o que acabou criando uma das contradições mais sérias do sistema educacional brasileiro.

Assim sendo, pode-se dizer que não houve homogeneidade entre as regiões, no desenvolvimento de políticas e estratégias em prol da educação, de modo que o início da revolução educacional, tal como aconteceu com a industrial, ocorreu de maneira desigual no território brasileiro.

Ao se considerar esses desdobramentos, vale esclarecer que a expansão do ensino no Brasil se desenvolveu de maneira dual. Romanelli (1991, p. 67) elucida o seguinte:

O sistema educacional brasileiro fora, até então, um sistema acentuadamente dualista: de um lado, o ensino primário, vinculado às escolas profissionais, para os pobres, e, de outro, para os ricos, o ensino secundário articulado ao ensino superior, para o qual preparava o ingresso.

Esse modelo, no entanto, sofreu um rompimento, diante das reivindicações das camadas emergentes, “que o capitalismo industrial, impulsionado pela Revolução de 1930, acabou por acarretar” (ROMANELLI, 1991, p. 68). Nesse aspecto, a autora ainda pontua o seguinte:

O rompimento da velha ordem trouxe para a pauta das reivindicações sociais das novas camadas a necessidade crescente de educação escolar. E foi esse crescimento da demanda social efetiva de educação que acabou rompendo com a velha estrutura dualista da escola, já que cresceu, sobretudo a partir de então, a procura de educação que possibilitasse acesso a posições mais altas, ou seja, a educação das elites.

Isso indica, teoricamente, importantes avanços. No entanto, segundo Romanelli (1991, p. 68-69):

O sistema educacional brasileiro oscilou entre as novas exigências educacionais emergentes e a velha estrutura da escola, fazendo expandir aceleradamente o ensino, mas o mesmo ensino vigente até 1930.

Trata-se de uma conjuntura na qual, ao mesmo tempo em que as demandas por educação escolar foram atendidas, não se resolveram os problemas de ensino, pois implementou-se um sistema já vigente antes de 1930. Ou seja, um ensino pensado para outro contexto continuou sendo reproduzido e não se considerou as reais necessidades de um contexto diferente, que se desenvolve em decorrência das mudanças sociais após Revolução de 1930.

Dito isso, ressalta-se que

[...] a educação figura como um direito social, sendo mencionada no enunciado do artigo 6º da Constituição Federal de 1988, atualmente em vigor, como primeiro dos direitos sociais. (SAVIANI, 2013, p. 744)

O autor ainda pontua que

[...] se a educação é proclamada como direito e reconhecido como tal pelo poder público, cabe a esse poder a responsabilidade de prover os meios para que o referido direito se efetive. (SAVIANI, 2013, p. 745)

Nessa conjuntura, “vê-se, pois, que o papel do Sistema Nacional de Educação é dar efetividade à bandeira da escola pública universal, obrigatória, gratuita e laica” (SAVIANI, 2013, P. 745). À vista disso, tem-se o problema da “universalização do ensino fundamental, com a consequente erradicação do analfabetismo” que Saviani (2013, p. 753) apresenta como não resolvido pelo Brasil até o final do século XX.

Para o enfrentamento desse problema, é instituído, na Constituição Federal de 1988, como explicita Saviani (2013, p. 753) o seguinte:

A Constituição de 1988 previu, nas disposições transitórias, que o poder público – nas suas três instâncias (a União, os estados e os municípios) – deveria, pelos dez anos seguintes, destinar 50% do orçamento educacional para essa dupla finalidade.

Contudo, isso não foi feito e, a medida, adotada pelo governo, quando o prazo estava vencendo foi criar “o Fundo de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) com prazo de mais dez anos para essa mesma finalidade” (SAVIANI, 2013, p. 756). Ao final deste prazo, criou-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), desta vez com prazo estendido por mais 14 anos.

Esses desdobramentos quanto ao atendimento do direito à educação exemplificam uma realidade na qual “vê-se, pois, que o direito à educação segue sendo proclamado, mas o dever de garantir esse direito continua protelado” (SAVIANI, 2013, p. 754).

Nessa conjuntura, Cambi (1999, p. 381) ressalta o seguinte:

Nos anos 800 e 900 a educação torna-se quase um centro de gravidade da vida social: o momento em que se organizam processos de conformação às normas coletivas, em que a cultura opera sua própria continuidade, em que os sujeitos superam sua própria particularidade (de indivíduos, de etnia, de classe) para integrar-se na coletividade, mas através do qual também recebem instrumentos para inserir-se dinamicamente neste processo, solicitando soluções novas e mais abertas.

Diante disso, tem-se “uma centralização da educação e um crescimento paralelo da pedagogia, que se tornam cada vez mais o núcleo mediador da vida social” (CAMBI, 1999, p. 381). Nesse ínterim, o autor ainda pontua o seguinte:

A educação/pedagogia – como bem viu Luhmann – veio ocupar um papel cada vez mais específico (de mediação e de reequilíbrio) no sistema social, articulando-se num subsistema igualmente plural e orgânico, disseminado no social, mas coordenado por uma reflexividade (por processos teóricos de interpretação e projeção) que garante sua funcionalidade, agindo segundo modelos adequados à sua fase histórica de desenvolvimento. (CAMBI, 1999, p. 381)

Isso implica que tal organicidade é fundamental para que o crescimento social e educacional considere os novos sujeitos educativos. Cambi (1999) sinaliza que

[...] estes novos sujeitos foram, sobretudo três: a criança, a mulher, o deficiente. Seguidos depois – mas em época mais próximas de nós – pelas etnias e pelas minorias culturais (p. 386).

Esses novos sujeitos, por sua vez, rompem com uma pedagogia até então desenvolvida, que tinha, como visão, uma ideologia que considerava sujeitos educativos:

[...] o sujeito-mente e sujeito-consciência modelado sobre o indivíduo adulto, assexuado mas masculino, identificado segundo um padrão de normalidade e pertencente à cultura ocidental oficial (da maioria). (CAMBI, 1999, p. 386)

Portanto, nesse cenário, os novos sujeitos educativos, segundo Cambi (1999, p. 386):

Rompem esse invólucro ideológico da pedagogia, mas também a sua unidade-unicidade, fazendo aparecer sujeitos diferenciados e teorias diversificadas, por interesses-guia, por estruturas ideais, por objetivos estratégicos que vieram a caracterizá-las.

Partindo desse princípio, destaca-se a importância das diferentes teorias da educação que constituem as diferentes correntes do pensamento pedagógico brasileiro. Nesse direcionamento, Saviani (1992, p. 15) apresenta o seguinte:

Grosso modo, podemos dizer que, no que diz respeito à questão da marginalidade, as teorias educacionais podem ser classificadas em dois grupos. Num primeiro grupo, temos aquelas teorias que entendem ser a educação um instrumento de equalização social, portanto, de superação da marginalidade. Num segundo grupo, estão as teorias que entendem ser a educação um instrumento de discriminação social, logo, um fator de marginalização.

Dito isso, é possível observar que esta diferenciação reflete a maneira como tais teorias compreendem a relação entre educação e sociedade. De acordo com Saviani (1992, p. 16), para as teorias não críticas “a sociedade é concebida como essencialmente harmoniosa, tendendo à integração de seus membros”. Já as teorias críticas, nos argumentos de Saviani (1992, p. 16)

[...] concebem a sociedade como sendo essencialmente marcada pela divisão entre grupos ou classes antagonistas que se relacionam à base da força, a qual se manifesta fundamentalmente nas condições de produção da vida material.

Seguindo essa classificação, apresenta-se, a seguir, o grupo de teorias não críticas e o grupo de teorias críticas, seguindo as explicitações de Saviani (1992).

I TEORIAS NÃO CRÍTICAS

Pedagogia Tradicional

Organização dos sistemas nacionais de ensino com base no princípio constitucional de que a educação é direito de todos e dever do Estado. Consistia-se em promover um ensino que transformasse os súditos em cidadãos. Nesse sentido, *“tratava-se, pois, de construir uma sociedade democrática, de consolidar a democracia burguesa”* (SAVIANI, 1992, p. 17).

Nesse contexto, *“a causa da marginalidade é identificada com a ignorância. É marginalizado da nova sociedade quem não é esclarecido”* (SAVIANI, 1992, p. 18). Sendo assim, nos argumentos do mesmo autor, *“a escola surge como antídoto à ignorância, logo, como um instrumento para equacionar o problema da marginalidade”* (SAVIANI, 1992, p. 18). Além disso, Saviani (1992, p.18) também acrescenta, no que diz respeito à escola:

Seu papel é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente. O mestre-escola será o artífice dessa grande obra. A escola se organiza, pois, como uma agência centrada no professor, o qual transmite, segundo uma gradação lógica, o acervo cultural aos alunos. A estes cabe assimilar os conhecimentos que lhes são transmitidos.

Portanto, a **Pedagogia Tradicional** é uma teoria na qual o papel do professor é, fundamentalmente, a transmissão de conteúdo. A este profissional, *“o essencial era contar com um professor razoavelmente bem preparado”* (SAVIANI, 1992, p.18). Quanto à organização das escolas, elas eram

[...] organizadas na forma de classes, cada uma contando com um professor que expunha as lições que os alunos seguiam atentamente e aplicava os exercícios que os alunos deveriam realizar disciplinadamente. (SAVIANI, 1992, p. 18)

No entanto, tem-se, com essa teoria, um contexto em que se apresenta uma problemática na escola, ou seja:

A referida escola, além de não conseguir realizar seu desiderato de universalização (nem todos nela ingressavam e mesmo os que ingressavam nem sempre eram bem sucedidos) ainda teve de curvar-se ante o fato de que nem todos os bem-sucedidos se ajustavam ao tipo de sociedade que se queria consolidar. (SAVIANI, 1992, p. 18)

Com isso, a Teoria Tradicional não atendeu, de maneira efetiva, ao objetivo universalização da educação, pois não era capaz de solucionar uma série de problemas socioeconômicos e culturais.

Nesse panorama, crescem as críticas à essa teoria da educação e *“a escola passa a ser chamada de escola tradicional”* (SAVIANI, 1992, p. 18).

Pedagogia Nova

Com as críticas à pedagogia tradicional, inicia-se um movimento que deu origem a outra teoria da educação. *“Esta teoria mantinha a crença no poder da escola e em sua função de equalização social”* (SAVIANI, 1992, p. 19). Nesse direcionamento, o autor pontua que *“toma corpo, então, um amplo movimento de reforma cuja expressão mais típica ficou conhecida sob o nome de escolanovismo”* (p. 19).

A pedagogia nova, então, surge, nesse movimento de críticas à pedagogia tradicional, propondo

[...] uma nova maneira de interpretar a educação e ensaiando implementá-la, primeiro, através de experiências restritas; depois, advogando sua generalização no âmbito dos sistemas escolares. (SAVIANI, 1992, p. 19)

Diferentemente da pedagogia tradicional, a pedagogia nova sinaliza que a marginalidade retrata o rejeitado, ou seja, aquele que não se sente aceito pelo grupo em detrimento do conhecimento que possui. Essa compreensão difere-se do que a pedagogia tradicional aponta, ou seja, da ideia de que o marginalizado é aquele que é ignorante com relação ao domínio dos conteúdos.

Na teoria da pedagogia nova advoga-se que *“os homens são essencialmente diferentes; não se repetem; cada indivíduo é único”* (SAVIANI, 1992, p. 20). Logo, a respeito da educação, pressupõe-se o seguinte:

A educação, enquanto fator de equalização social será, pois, um instrumento de correção da marginalidade na medida em que cumprir a função de ajustar, de adaptar os indivíduos à sociedade, incluindo neles o sentimento de aceitação dos demais e pelos demais. Portanto, a educação será um instrumento de correção da marginalidade na medida em que contribuir para a constituição de uma sociedade cujos membros, não importam as diferenças de quaisquer tipos, se aceitem mutuamente e se respeitem na sua individualidade específica. (SAVIANI, 1992, p. 20)

A pedagogia nova, então, objetiva a educação para o ajuste dos indivíduos, de modo que se sintam aceitos no grupo. A educação, como indicado, é mecanismo de correção da marginalidade. Nessa lógica, *“trata-se de uma teoria pedagógica que considera que o importante não é aprender, mas aprender a aprender”* (SAVIANI, 1992, p. 21).

O papel do professor, na pedagogia nova, segundo Saviani (1992, p. 21) é o de estimular e orientar a aprendizagem cuja iniciativa principal caberia aos próprios alunos. Com isso, o resultado foi mais negativo que positivo, e de acordo com Saviani (1992, p. 22) esse fato se deu pelo seguinte:

[...] provocando o afrouxamento da disciplina e a despreocupação com a transmissão de conhecimentos, acabou por rebaixar o nível do ensino destinado às camadas populares as quais muito frequentemente têm na escola o único meio de acesso ao conhecimento elaborado. Em contrapartida, a ‘Escola Nova’ aprimorou a qualidade do ensino destinado às elites.